

# O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO DO/NO CAPITALISMO: À PROPÓSITO DA TESE MARXISTA

Josefa B. Lisboa<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo analisa à luz da teoria do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, à propósito da reflexão marxista, o discurso do desenvolvimento historicamente associado ao crescimento econômico. Na sua trajetória o discurso desenvolvimentista serviu para consolidar mudanças estruturais na economia e hoje apresenta-se expresso na lógica da competitividade internacional, em que a globalização destaca-se como um paradigma homogeneizador. Considera-se que o propósito é escamotear os conflitos de classe concernentes às contradições do sistema sócio-político e econômico nos diferentes contextos históricos e, promover a reprodução capitalista fundamentada na apropriação dos espaços. Neste ínterim, estabelece-se o vínculo entre a indispensabilidade de abertura de espaços geográficos para a sobrevivência do modelo de acumulação e o seu caráter centralizador e excludente. Manifesta-se desse modo, a incompatibilidade do capitalismo com os objetivos do desenvolvimento social.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, integração competitiva, desenvolvimento desigual e combinado.

## Abstract

This article analyses to the light of the theory of the different and combined development of the capitalism, to the intention of the marxist reflection, the speech of the associated to the economic growth. In its trajectory the developmentist speech served to consolidate structural changes in the economy and today it is presented express in the logic of the international competitiveness where the globalization distinguished as a

unifier paradigm. It is considered that the intention is to conjure the classroom conflicts correspondents to the contradictions of the social political and economic system in the different historical contexts e to promote the capitalist reproduction based on the appropriation of the spaces. In this mantime, the bond established enters the indispensable of opening of geographic spaces for the survival of the accumulation model e its character exculpatory centraliser and. Manifest in the way, the incompatibility of the capitalism with the objectives of the social development.

**Key words:** development, competitive integration, different and combined development

## Introdução

O interesse no debate sobre o crescimento econômico deita suas raízes na destruição das bases do subdesenvolvimento que é assumido como um princípio e compreendido como o que há de mais arcaico, atrasado e tradicional. Concebe-se a noção de subdesenvolvimento, decorrente de uma suposta dualidade de estruturas, como um momento de transição para o desenvolvimento. Desse modo os estudos sobre as diferenças entre as nações, os setores e as regiões não assumem as desigualdades econômicas e sociais como decorrência das relações de dominação estabelecidas historicamente.

Os economistas clássicos centraram suas abordagens no crescimento econômico de longa duração, aprofundando enfoques programáticos em análises funcionalistas do sistema; considerando-se desenvolvimento a partir de estágios ou eta-

pas, sem destacar as relações internacionais instauradas pelo capitalismo para os diferentes países com as suas histórias próprias. Os obstáculos ao curso livre da ascensão das sociedades industriais só são explicados por aspectos internos de cada país. A história, neste particular, mantém o caráter evolucionista dos positivistas e o conceito de desenvolvimento assume uma concepção linear e a-histórica.

Não se tratava apenas de conceber o aumento quantitativo de produção, mas a inauguração das possibilidades do rompimento com o subdesenvolvimento, pois compreendia-se que o setor produtivo, a região ou a nação que conseguisse adotar essa mudança entraria em uma espiral de desenvolvimento, enquanto os outros ficariam a marcar passo, presos ainda ao círculo vicioso do subdesenvolvimento (ROSTOW, 1961).

A grande parte destes debates sugere que as barreiras ao desenvolvimento econômico estão principalmente em causas internas, o que demanda uma compreensão da natureza e das diferenças entre as sociedades tradicionais e as sociedades avançadas para entender porque algumas delas entram em fase de desenvolvimento antes de outras. Explicando estas diferenças, Hagen (1969), denomina de tradicionalista a sociedade cujo comportamento é determinado pelos costumes e cujas formas de conduta são transmitidas praticamente inalteradas de geração em geração.

Do elo entre industrialização e desenvolvimento aprofundaram-se considerações teóricas sobre os aspectos do crescimento econômico.

<sup>1</sup> Doutoranda em Geografia (Políticas de Desenvolvimento Regional) NPGEO/UFS; email: [lisboajosefa@ig.com.br](mailto:lisboajosefa@ig.com.br). Profa. contratada Universidade Federal de Sergipe e Vice Diretora Associação de Geógrafos Brasileiros, seção Aracaju (gestão 2005/2006).

Este último tornou-se o elemento preponderante do processo histórico, apresentando-se como uma variável independente das demais coordenadas do desenvolvimento.

Os planos de desenvolvimento tradicionalmente, foram concebidos a partir da aceleração do crescimento econômico, sobretudo, com base no setor industrial, deixando à margem objetivos sociais. Nesta acepção, o que faz com que as relações estabelecidas em determinadas sociedades persistam durante séculos é a resistência às inovações e estas podem ter causas naturais ou culturais. A resignação às formas modernas de produção é considerada responsável pela não passagem das nações pobres à fase seguinte – o desenvolvimento.

Destarte, o conjunto dessas análises influenciou as escolas econômicas depois da Segunda Guerra e aparecem sustentadas nas ilusões sobre as possibilidades de superação dos desajustes e na necessidade de equilíbrio da economia capitalista mundial.

### **O marxismo e a questão do desenvolvimento no capitalismo**

Contrariamente ao pensamento vigente, Marx, tinha por objetivo desnudar o movimento da economia capitalista. Nesta perspectiva, a transformação da sociedade era inerente ao seu próprio desenvolvimento, incontestável se considerada na perspectiva da sua inserção no modo capitalista de produção. Este era o pressuposto essencial e perpassava em toda a interpretação da obra marxiana.

No capítulo II do seu livro “*A Origem do Capital*”, ao discutir sobre a tendência histórica da acumulação capitalista, Marx (2000) aponta os perigos da pequena indústria, mesmo a agrícola e manufatureira e a coloca como corolário da propriedade privada do trabalhador sobre os meios de sua atividade produtiva, visto que, indústria e subjugação do trabalho formam uma unidade contraditória. Esta forma de exploração encontra-se entre a escravidão, o servilismo e tantas outras formas

de dependência. No momento que exclui a concentração, exclui também a cooperação, tornando a subdivisão do trabalho nas oficinas e nos campos, o maquinismo e o domínio do homem sobre a natureza, processos aniquilados. Os meios e os esforços da atividade coletiva tornam-se incompatíveis com a indústria.

Distintamente do pensamento hegemônico, Marx abomina o desenvolvimento da indústria desde a sua fase inicial e encontra na própria indústria a explicativa, tanto para o desenvolvimento, quanto para a dissolução do modo de produção no qual ela está engendrada. Vê na essência do capitalismo o seu próprio desgaste, pois considera que a expropriação dos produtores em relação aos meios de produção, ao constituir essência do desenvolvimento do modo de produção e definir a subordinação do trabalho ao capital, inevitavelmente leva à sua derrocada, pois “tudo isso não é compatível senão com um estado de produção e de sociedade estreitamente limitados (...) Mas alcançando certo grau, esse regime engendra em si próprio os agentes materiais da sua dissolução” (Ibid, p. 96).

O avanço da industrialização é ininterrupto e só é capaz de levar à concentração das riquezas, ou ao domínio dos grandes grupos de produtores, ganhadores do ponto de vista da elevação da produtividade e do avanço técnico, conforme o próprio Marx afirma, pois desde que “o processo de transformação decompôs de baixo para cima, a velha sociedade, que os produtores se transformaram em proletários e suas condições de trabalho, em capital (Ibid, p. 97). Do mesmo modo que o regime capitalista se sustenta pela força econômica das coisas “a socialização ulterior do trabalho, assim como a metamorfose progressiva do solo e dos outros meios de produção em instrumentos socialmente explorados (...) à eliminação das propriedades privadas, reveste-se de uma nova forma” (Ibid). Para Marx, o que agora se terá de expropriar não é mais o trabalhador livre, mas o capitalista, que é o chefe de um exército ou de uma esquadra de assalariados.

“... o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, constitui o produto de todo o processo...”

O pensamento marxista nunca esteve voltado para a explicação da industrialização. Não o interessava abordar o uso da ciência para o desenvolvimento da técnica e da produtividade industrial ou agrícola. Sua preocupação centrava-se na explicação dos processos que fariam com que, ao avançar, o capitalismo fosse superado, já que estava elaborando suas próprias contradições ou a sua antítese – o comunismo.

Ao iniciar o Segundo Manuscrito em 1844, sobre “*A relação da propriedade privada*”, antes de redigir “*O Capital*”, Marx já discutia a natureza da relação entre capital e trabalho e afirmava que “o trabalhador é a manifestação subjectiva do fato de que o capital é o homem inteiramente perdido para si mesmo, assim como o capital é a manifestação objectiva do facto de que o trabalho é o homem totalmente perdido para si próprio (1993, p. 173)”.

Nesse conjunto de preocupações concebe-se que, como capital, o valor do trabalhador varia de acordo com a procura e a oferta e a sua existência física, a sua vida, foi e é considerada como uma mercadoria, semelhante a qualquer outra mercadoria. Dá-se, aqui, a compreensão do processo de alienação do homem pela sujeição completa ao processo de produção, pois “o trabalhador produz o capital, o capital produz o trabalhador. Assim ele produz-se a si mesmo e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria, constitui o produto de todo o processo” (Ibid).

O modo de produção que prevalece em um período determinado traz em si um conjunto de relações sociais que refletem o uso dos meios ma-

teriais de produção, bem como a propriedade destes. No capitalismo industrial, a expropriação da mercadoria trabalho em relação ao seu dono, o próprio trabalhador (na medida em que precisa aliená-lo para se reproduzir) define a relação entre o capital e o trabalho. Aqui o trabalho passa a ser concebido como um bem.

A prevalência deste modo de produção implica a associação com as relações sociais específicas. A sua alteração torna necessária a alteração das relações sociais e de produção dadas, o que estabelece a contradição essencial responsável pelas mudanças. A contradição, no entanto encontra-se no seio do mundo material e os conflitos resultantes de tais contradições devem ser resolvidos no plano das classes sociais.

A mudança para o capitalismo industrial traz as transformações concernentes à necessidade da reprodução nos moldes estabelecidos pelo sistema econômico na sua fase vigente. A propriedade de todos os meios de produção aparece sob o controle de uma classe, ao passo que o trabalho é executado por aqueles que não detém o meio de produção. Nesta fase há alterações substanciais em relação à fase anterior e estará orientada para apresentar a sua natureza transitória.

Ao analisar o relacionamento entre o capital e o trabalho, Marx observa que o seu caráter básico é a troca. O trabalho é a mercadoria, o bem a ser negociado pela lei da oferta e da procura. É um bem entre tantos outros, assim como a troca também o é. Para o capitalismo o homem é apenas simples trabalhador e enquanto trabalhador, as suas qualidades humanas existem apenas para o capital, que lhe é estranho. “Já que trabalho e capital são mutuamente estranhos e relacionam-se apenas entre si de modo externo e acidental, este caráter estranho tem de revelar-se na realidade (Ibid, p. 173). A sua materialidade se vislumbra no processo de produção, na divisão social do trabalho, pois quando o capital “deixa de existir para o trabalhador, este cessa também de existir para si mesmo, não tem trabalho, nem salário, e visto que uni-

“... o que aumenta é a acumulação de capital com o conseqüente crescimento da miséria do proletariado.”

camente existe enquanto trabalhador, e não como homem, pode pois deixar-se morrer à fome, sepultar-se, etc.(...)” (Ibid). Para este trabalhador, “a existência do capital é a sua existência, a sua vida, já que este, independentemente dele, determina o conteúdo da sua vida” (Ibid, p. 174).

Ao criticar a economia política pelo modo como vê o homem, Marx mantém-se valorizando o homem como homem. Para ele a economia política só consegue enxergar o homem no trabalho, como necessário à reprodução do modo de produção. Sua análise mostra que é no processo de elaboração da mais valia que o homem se coisifica. As leis que regulam o mercado de trocas das mercadorias são as mesmas para a mercadoria trabalho. A mais valia surge na compra da mercadoria força de trabalho. Ao produzir outras mercadorias o trabalhador gasta um tempo necessário para a sua reprodução, sendo o excedente de mercadoria, ou seja, o excedente de trabalho necessário à reprodução do trabalhador apropriado pelo capitalista sob a forma de mais valia.

Sob estes pressupostos, obtêm-se o lucro pela expropriação dos meios de produção em relação aos trabalhadores. Este processo cria a mais valia como manifestação da relação de exploração do capital sobre o trabalho determinando o poder do primeiro. Neste campo, a industrialização enquanto reprodutora de capital é destacada por Marx como necessária ao desenvolvimento do trabalho, como se vê, “o necessário desenvolvimento do trabalho é a indústria posta em marcha, constituí-

da como tal para si, e o capital mobilizado (op cit., p. 176).

Com o advento da industrialização, o processo de acumulação de capital é acompanhado pelo aumento correspondente de técnicas. Tais técnicas são responsáveis pela mecanização no processo de produção das coisas. A combinação da força de trabalho com a mecanização garante o aumento da produtividade como bem afirmam os economistas clássicos e neoclássicos. Conforme o pensamento hegemônico, o aumento da produtividade da mão-de-obra é a garantia do desenvolvimento. Para Marx, o que aumenta é a acumulação de capital com o conseqüente crescimento da miséria do proletariado. De um lado amplia-se a exploração do trabalhador pela redução constante do valor do trabalho com redução do seu poder de consumo, mas com as garantias da crescente produtividade de mão-de-obra.

Quando se chega ao estágio do capitalismo monopolista, Marx ressalta o caráter centralizador e revela que nas economias de grande escala, o capital maior derruba o menor em virtude de estarem concorrendo para o lucro. Esclarece também, que o sistema de créditos ao incrementar sociedades anônimas, altera a estrutura de produção, ampliando o número de concorrentes e garantindo um sistema de concorrência que privilegia os mais fortes. A unificação das sociedades anônimas se dá para o controle total de preços e mercados e caracteriza a última fase do desenvolvimento capitalista. O monopólio agudiza as contradições nesta fase e por isso mesmo é centralizador, concentrador e excludente.

Os pressupostos marxianos são esboçados também por Rosa de Luxemburg (1976) no seu título “*A Acumulação do Capital*”. Luxemburg dedica o primeiro capítulo do seu livro ao objeto da investigação: o problema da reprodução do capital social em conjunto, onde ela diferencia produção de reprodução. É importante destacar que o capital é abordado como uma relação social, e a sua reprodução significa apenas a produção nova, a repetição, sendo esta produção nova, apenas “a base

e a condição geral do consumo” (Ibid, p. 11), enquanto o processo de produção é em qualquer grau de avanço das forças produtivas uma unidade entre as condições técnicas e as condições sociais. “Numa tribo agrária comunista primitiva, a reprodução e todo o plano da vida econômica ocorrerão a cargo do conjunto total dos que trabalham e de seus órgãos democráticos” (Ibid, p. 12). Para alguns povos tradicionais, cerimônias religiosas são obrigatórias antes de iniciar qualquer processo de reprodução. No escravismo, assim como em alguns feudos a reprodução é imposta à força pelo direito do senhor. Nestas circunstâncias de reprodução as dificuldades que se estabelecem são naturais ou de interesses dos chefes, dos senhores.

No capitalismo, no entanto, há um destaque peculiar para o lucro como determinante do processo de reprodução. Além das condições técnicas a reprodução depende também de uma condição social, essencial que é a possibilidade dos produtos serem trocados – na etapa de circulação – e gerarem o lucro. A reprodução que se estabelece a partir deste ponto é a da geração ininterrupta do lucro.

Em face dessas questões, não se espera que no capitalismo, o desenvolvimento possa gerar redução de desigualdades, pois em essência, é o capitalismo em trajetória que as estabelece no seu desenvolvimento desigual e combinado.

Portanto, se o objetivo da reprodução é o lucro, o ponto central é então a alienação do trabalho e conseqüentemente, o estabelecimento da desigualdade, da diferença de classes. Aí reside também a causa que pode determinar o colapso do capitalismo, uma vez que este sistema econômico pode não resistir ao peso das contradições que carrega em sua essência.

Desse modo, o papel central das inovações em Schumpeter; a lógica das etapas lineares de Rostow; e o financiamento da ampliação da demanda pelo Estado (conforme propõe o keynesianismo); podem ser considerados processos que explicam o desenvolvimento do capitalis-

“ ... é imprescindível que se mantenha um distanciamento da onda liberalizante que vem predominando no pensamento econômico e político... ”

mo, mas nunca as possibilidades de desenvolvimento da sociedade, já que nessas teorias, as contradições do modo de produção são negligenciadas.

Ao explicarem o desenvolvimento do capitalismo a partir do crescimento econômico, os pensadores da economia política não levam em consideração o aspecto da expropriação recorrente à relação entre o capital e o trabalho, nem tampouco, consideram-na perniciosa ao levar o homem à condição de mercadoria, assim, negando-lhe à condição de homem, sujeito social.

A tecnologia aplicada ao aumento de produtividade faz com que a qualidade dos produtos dependa menos da habilidade e do conhecimento técnico do trabalhador individual e deste modo, a força de trabalho passe a valer cada vez menos e, ao mesmo tempo, produzir cada vez mais e cada vez mais-valia.

Ao explicitar, em toda a sua teoria, o processo de reprodução do modo de produção capitalista, suas fases de acumulação e a separação entre o homem e o trabalho, Marx nega a lógica do crescimento econômico como uma lógica de desenvolvimento.

## Os novos sentidos do discurso do desenvolvimento

A atualidade da discussão sobre o tema do desenvolvimento é ao mesmo tempo a atualidade de uma constante reinterpretação do Brasil e dos novos sentidos que a idéia de desenvolvimento requer. Neste ponto é imprescindível que se mantenha um distanciamento da onda liberalizante que vem predominando no pensamento econômico e político neste início de século.

A reflexão crítica se torna cada dia mais necessária quando há uma constante sedução para o discurso de capitalismo sustentável e incluído.

Quando se acata a dimensão incluído, social e sustentável do desenvolvimento humano no capitalismo é porque a perspectiva é a da busca de novos caminhos econômicos e sociais a serem construídos a partir da crise do desenvolvimentismo dos anos 1970 e da completa exclusão promovida pelas políticas públicas de ajuste dos anos recentes.

Portanto, entre tantas destruições verificadas na transição dos séculos, estamos diante da tendência tão bem sintetizada por Mészáros (2003), ao afirmar que o capital desprovido de orientação humanamente significativa assume, em seu sistema metabólico de controle social, uma lógica que é essencialmente destrutiva, em que o valor de uso das coisas é totalmente subordinado ao seu valor de troca.

Neste contexto, caracterizado pelo domínio da produtividade econômica por um grupo reduzido de países, quanto mais um dos pólos se fortalece, mais os outros se resentem e se debilitam. No embate cotidiano que desenvolvem para se expandirem pelas partes do mundo e inclusive para gerenciar as crises, acabam por acarretar mais destruição e precarização<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Neste ponto, parece sutil sinalizar os conflitos inerentes à gestão dos territórios. Esse processo contínuo de deslocamento das forças produtivas à revelia dos interesses da sociedade civil, caracterizado pela descontinuidade, induz a uma desvalorização sistemática dos lugares impondo uma alteração significativa da segregação social, espacial e do comando político local. Nas palavras de HARVEY (1992, p. 415), “la movilidad sin restricciones del capital es más apropiada para la acumulación que lá movilidad sin restricciones de los trabajadores, lo cual puede explicar la tendencia que existe em el silio XX a restringir la movilidad de la fuerza de trabajo em relacion com la del capital”. Ler em: HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

*“ ... ideologia do desenvolvimento é dominante e foi elaborada com o objetivo histórico de manejar as tensões sociais que traduziam a insatisfação dos pobres... ”*

A despeito dos proclamados bons propósitos do desenvolvimento brasileiro dos anos 1950, as análises esboçadas são afirmativas ao considerar que a ideologia do desenvolvimento é dominante e foi elaborada com o objetivo histórico de manejar as tensões sociais que traduziam a insatisfação dos pobres. No pensamento vigente no pós II Guerra até 1960, o subdesenvolvimento sem algum desenvolvimento geraria instabilidade. Essa ideologia teve bastante vigor ao sustentar a retórica do crescimento econômico e da repartição do bolo. Na gestão Kubstcheck, ela era associada à idéia de segurança, cujo lema afirmado era desenvolver dentro da ordem e assim, garantir a ordem.

Era uma conjuntura que associava-se à ameaça de irrupção de conflitos, o que despertou o interesse do governo americano em ajudar o Brasil através da Aliança para o Progresso em 1961, e no ano seguinte, a apresentação do relatório Bohan, com propostas diretas de ação para a região Nordeste. A força das Ligas Camponesas (1959), podia representar a fragilidade do Ocidente na Guerra Fria.

A partir da década 1970, entretanto, a abordagem de desenvolvimento vai ser marcada pelo discurso das necessidades básicas e ou vitais. Essa formulação foi acatada por organismos internacionais e por organizações da sociedade civil.

Leher (1998) destaca o discurso de Robert S. McNamara no Conse-

lho de dirigentes do Banco Mundial em 1972 como a primeira menção às necessidades básicas. McNamara sustentou que os países do Sul não davam conta do seu próprio destino, sendo necessária à garantia da ampliação de ajuda ao desenvolvimento. Nesta fase, o Banco introduziu a diversificação setorial dos empréstimos, sendo também para a área social, sobretudo, para projetos dirigidos ao combate à pobreza.

Com a crise do petróleo, em 1973-79, e os endividamentos dos países devedores junto à Organização dos Países Produtores de Petróleo – OPEP, a ênfase recaiu sobre os países cujas economias apresentavam índices incompatíveis de rentabilidade para o capital, empurrando-os para os empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI, que exigiam reformas institucionais e ajuste estrutural.

Monlevade & Silva (2000), ao discutirem as intervenções estratégicas do Banco Mundial na América Latina a partir dos anos 1970, revelam que Robert McNamara, propôs que o objetivo do desenvolvimento deveria mudar de crescimento para crescimento com redistribuição de renda na direção dos pobres e que o tripé político desta agência naqueles anos, era a segurança, o desenvolvimento e o combate à pobreza. Este dado justifica a irradiação de governos ditatoriais na região (1960/70), assim como a preocupação desses governos com os movimentos de oposição e o comunismo. A inversão da população do setor primário para o setor secundário, como incremento aos exércitos de reserva nos centros urbanos representava um perigo, uma possibilidade para o comunismo.

Utilizando-se de um discurso de preocupação com os mais pobres, a premissa básica do desenvolvimento nos anos 70, ainda mantinha a inquietação com o perigo da revolução comunista. Porém, para os organismos internacionais era legítimo o esforço em estabelecer mecanismos de intervenção propondo modificações nas políticas econômicas e sociais dos países da América Latina desde logo, focalizando recursos

para a minimização das necessidades básicas. O Banco Mundial colocou na agenda política as necessidades básicas; a Unesco preconizou o desenvolvimento centrado no homem; a FAO estabeleceu a Medalha Madre Tereza (1975), e Reagan foi eleito presidente em 1980. Em tais acontecimentos não se percebiam propósitos de promoção do desenvolvimento, haja vista que o problema da erradicação da pobreza estava sendo preconizado como prioridade e se daria inevitavelmente com investimento em políticas contensionistas e paliativas imprimindo o rótulo para a década de 80, de década perdida.

Nos dias atuais, no entanto, a compreensão da ideologia do desenvolvimento requer a leitura dos pressupostos do capitalismo contemporâneo, com a configuração que vem assumindo nas últimas décadas ao acentuar sua lógica destrutiva. Desse modo, num contexto de crise estrutural do capital concebem-se algumas tendências:

- a substituição do padrão taylorista e fordista pelas formas produtivas flexibilizadas e desregulamentadas;
- a desregulação neoliberal privatizante e excludente que vem solapando o modelo de Estado de bem-estar social:

Trata-se de uma crise com especificidades que se explicitam nos campos econômico-social, político e ideológico.

Demarcando o campo ideológico, cuja análise implicará o conhecimento da ideologia do desenvolvimento assinalada no momento histórico atual, é importante afirmar que a investida neoliberal busca criar a crença de que as relações capitalistas são as únicas formas de relações sociais historicamente possíveis. E aqui o mercado ganha a força de regulador eficaz dos interesses e relações sociais de forma livre, equilibradora e justa.

Tornar tais fórmulas aceitas, e reconhecidas, como a solução para as contradições do modelo, se configurou no desafio que o neoliberalismo soube enfrentar ao dispor das teses de pensadores como Frie-

drich Hayek e Milton Friedman que expressam com eloquência a idéia básica do livre mercado e da intervenção estatal como um risco para a liberdade individual e o caminho mais seguro para a imposição de regimes autoritários.

Milton Friedman em 1985, ao reeditar seu livro *“Capitalismo e Liberdade”*, rejubilava-se no Prefácio à Edição, porque suas idéias, assim como as de Hayek, embora tivessem sido publicadas pela primeira vez, há mais de vinte anos, estavam se tornando comuns para o grande público, e respeitadas na comunidade intelectual.

Não obstante, é preciso reconhecer que a aceitação dos seus discursos não se produziu no acaso, mas tomados pela onda privatista, concernente à reestruturação produtiva em curso. A tese mais importante é a da liberdade do mercado e a noção balizadora do neoliberalismo é a de que o setor público, ou seja, o Estado pela sua ineficiência é o responsável pela crise, sendo o dado mais perverso neste plano, o processo de naturalização da exclusão.

A presença de liberais no poder, durante a década de oitenta e a restauração conservadora de governos como Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979); Ronald Reagan, nos EUA (1980); e outros, inaugurou outro modelo de desenvolvimento econômico em curso. A nova retórica vai se construir a partir de medidas que foram decisivas na formulação de macropolíticas econômicas. A ofensiva dos conservadores se impôs durante o Consenso de Washington em 1989. Na ocasião, foram formuladas as políticas de ação que viabilizariam o programa de estabilização e as reformas estruturais e setoriais com a finalidade de ajustar as economias dos países devedores, colocando-os em condições de pagamento de suas dívidas com credores externos; aptos para receberem novos empréstimos e disponíveis para a circulação do capital financeiro internacional. O propósito foi definido também para fomentar a competitividade entre Estados e empresas e gerar consumo, postulados em um modelo de desenvolvimento que

**“... para se alcançar um desenvolvimento com justiça e equidade é preciso que se implemente políticas destinadas a reduzir os impactos da globalização...”**

privilegia a inserção internacional fundada em operações que se realizam dissociadas das demandas internas. Desenvolvimento é então apreendido como integração econômica mundial, e esta se materializa a partir da espacialização da globalização ou processo de mundialização financeira.

A globalização é concebida como um paradigma e neste domínio, Fiori (1998) é enfático ao examiná-la como uma escusa ideológica. Assim, no dizer de Fiori, o termo esconde a lógica do desenvolvimento não equitativo e concentrador, ao tempo em que aparece como o carro-chefe do novo tipo de desenvolvimento que precisa acontecer. É como se de fato, existisse um mundo homogêneo ou em processo de homogeneização econômica e social, mas apesar da força do termo, esta tese já desmoronou. Ainda assim, há um discurso, quase hegemônico, voltado para esta crença que, responde às contradições que se processarem no modelo, com a retórica da possibilidade de sustentabilidade do/no capitalismo.

### **A crença no desenvolvimento endógeno**

Entre muitos teóricos da atualidade, para se alcançar um desenvolvimento com justiça e equidade é preciso que se implemente políticas

que compreendam iniciativas destinadas a reduzir os impactos da globalização em curso e que afirmem a possibilidade de uma outra mundialização, alterando as relações sociais vigentes. Impõe-se a formulação de políticas de desenvolvimento que busquem a superação do impasse com que a sociedade se defronta. Tor-na-se imprescindível destruir à lógica imposta pelo processo de acumulação comandado pelas transnacionais e assim, formular políticas que possam conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade abrindo espaços à realização das potencialidades do país.

Mostra-se inquietação com a renúncia da burguesia ao projeto nacional que se realiza sob o pretexto do processo de mundialização das economias. Nenhuma ocasião é melhor então para se afirmar o valor do nacional, não na perspectiva da ideologização para se avançar num projeto desenvolvimentista concentrador e dependente, mas pela possibilidade de construção de um processo democrático no interior da nação.

Neste processo, a emergência da especialização flexível no sentido tanto do capital, como da mão-de-obra assumirem capacidade de operar rápidas mudanças para a criação de novos produtos, novos processos e novos métodos de organização, nem sempre apresenta resultados negativos. Sabe-se que há uma progressiva desterritorialização das atividades econômicas como resultado da intensificação da competição internacional, de modo que essa forma pós-fordista de produção estaria criando efeitos negativos<sup>3</sup>, mas para Galvão (1998), a flexibilização dos novos processos tecnológicos está provocando efeitos positivos em todas as partes do mundo, já que permite o surgimento de pequenas e médias empresas a partir da descentralização das grandes corporações, da emergência das *franchising* e da tendência à desintegração ou des-

<sup>3</sup> Ao mobilizar-se na busca por novos espaços para a acumulação, o capital vai concomitantemente abandonando áreas. Este aspecto dá o caráter geográfico do movimento do capital no atual estágio de acumulação. Sobre o interesse do capital na apropriação do espaço, Smith, discute até que ponto o espaço geográfico é arrastado inexoravelmente para o centro do capital e apresenta a partir de Marx, Lefebvre e Harvey a dialética da apropriação e o correspondente processo de diferenciação do espaço. Ler em: SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: uma revisão do processo capitalista. Bertrand Brasil, 1998).

verticalização (terceirização, subcontratação e o *out-sourcing*).

Neste caso o desenvolvimento é concebido como um paradigma que se realiza a partir da potencialidade que cada lugar tem, de desenvolver suas capacidades para absorver capital ou para oferecer trabalho, focalizando, desse modo, no espaço local, a possibilidade para o desenvolvimento. Discute-se sobre o desenvolvimento sustentável como a conciliação da continuação do processo de desenvolvimento da sociedade com a manutenção do equilíbrio ambiental planetário.

O discurso sobre o desenvolvimento local sustentável vigente traz na sua concepção, o desafio de um processo de desenvolvimento capaz de estimular o aparecimento de comunidades sustentáveis, capazes de suprir sozinhas suas demandas, de descobrir suas vocações locais e de desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar as relações para aproveitar as vantagens locais.

Tânia Bacelar de Araújo (2000), encara como o grande desafio da sociedade brasileira, uma inserção mais soberana e menos submissa às exigências externas. É preciso que o Brasil negocie melhor os interesses nacionais, e construa um modelo de desenvolvimento menos excludente, sustentável a longo prazo, tanto do ponto de vista social como ambiental. Ela destaca, por exemplo, o papel do poder local, dos governos municipais e de políticas de indução do desenvolvimento econômico no Brasil. Para essa autora, o Estado deve atuar, imprimindo relevância aos espaços locais.

Nas condições dadas, para muitos teóricos da atualidade, dizer que é impossível pensar políticas públicas a partir das demandas concretas do espaço nacional é negar as possibilidades de intervenção social e política do povo e a reafirmação da soberania nacional. Aqui então há a urgência de reiterar a busca do sentido do nacional.

O Ministro do desenvolvimento, indústria e Comércio, Sérgio Amaral, durante o Fórum Nacional realizado em 2002, no primeiro ano de ges-

tão do atual governo brasileiro, ao apresentar a concepção de desenvolvimento a ser implementada, questionava: o que significa desenvolvimento em 2002, já na era da globalização? O próprio Ministro respondeu, ao considerar que desenvolvimento significa, um compromisso claro e firme com a competitividade; implica também, a busca de igualdade de oportunidades na economia mundial. Para Sérgio Amaral (2002) a competitividade faz a diferença entre uma inserção bem ou mal sucedida na economia global, além disso, ela cria as condições para tirar proveito das vantagens e reduzir o custo da integração. Ele destaca a necessidade de desregulamentação dos mercados, da estabilização da moeda e do equilíbrio das contas públicas. Ao mesmo tempo, aponta como emergenciais a articulação de políticas públicas para a promoção da eficiência de setores estratégicos, como o setor industrial; a redução das vulnerabilidades externas através do incentivo às exportações; e o ingresso imediato na economia do conhecimento como pontos essenciais da estratégia do desenvolvimento do governo.

Tais estratégias do desenvolvimento denunciam o aspecto da continuidade do ajuste estrutural em vigência, correspondendo desse modo ao projeto neoliberal. Neste interím, afirma-se o perigo de um deslocamento do comando da direção política para os países de capitalismo mais avançado, já que esse estreitamento das relações entre as políticas internas e o ajuste estrutural em curso apresenta conseqüências graves e visíveis no país. O que se observa é uma necessidade de restabelecer os instrumentos de apropriação da riqueza dos países periféricos, drenando para os centros da acumulação, as riquezas produzidas internamente e negando a lógica do desenvolvimento social.

Esses encaminhamentos se mostram persistentes quando apresentados na fala do presidente Lula, na ocasião da abertura do Fórum Nacional realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2004. Lula reitera o discurso de Sérgio Amaral ao apresentar a

“... o propósito do governo é levar o país a um novo ciclo histórico de crescimento sustentado e inclusão social...”

estratégia global de desenvolvimento econômico e social para o Brasil, sem se deter em aspectos estruturais. Ele afirma que o propósito do governo é levar o país a um novo ciclo histórico de crescimento sustentado e inclusão social que seja ao mesmo tempo, motor e resultado (SILVA, 2004). Ao apresentar a agenda do governo para a garantia do desenvolvimento, o presidente destaca que o crescimento sem estabilidade é insustentável e que a melhor maneira de assegurar a estabilidade é manter um crescimento consistente e duradouro. Isso quer dizer que há uma crença na sustentabilidade do desenvolvimento dentro do modo de produção em curso.

Para Mészáros (2003), no entanto, isso implica que se o sistema do capital se articula numa rede de contradições que não se consegue superar, estaremos fadados a conviver com a subordinação inconciliável do trabalho em relação ao capital. Diante da manutenção do capitalismo e do agravamento da sua crise é absolutamente inconcebível superar as contradições que se apresentam, “sem instituir uma alternativa radical ao modo de controle do metabolismo social do capital” (Ibid, p. 20 e 21). Destaca ainda o autor, a gravidade da situação com o fim da Guerra Fria:

Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o aumento do círculo do consumo, para benefício do indivíduo social pleno de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo

menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição” (MÉSZÁROS, 2003, p. 21 e 22).

Destarte, o que vemos é que a mundialização do capital opera em favor dos que controlam a tecnologia e sobrevivem das diferenças de desenvolvimento das forças produtivas entre os países. Isso nos leva a concluir que, em países como o Brasil, de elevadas potencialidades e disparidades sociais consideradas, a erosão provocada pela globalização agudiza as contradições, tornando-as irreversíveis.

### Conclusão

Em sua tendência constante para a reprodução do lucro, acumulando quantidades vorazes de riqueza social, o capital transforma o mundo sem socializar as benesses e traz à tona as contradições do desenvolvimento desigual.

No pensamento marxista, para que as classes com interesses econômicos antagônicos e colidentes não se devorem, não estabeleçam conflitos na sociedade, é preciso que o Estado, como poder colocado acima da sociedade, chamado a apaziguar as relações e manter a ordem, assuma suas determinações históricas. Ao assumir o controle das relações entre as classes, o Estado atua garantindo a reprodução dos interesses dos grupos detentores do capital, de modo a tornar-se co-autor da produção das contradições.

Foi Lênin, no entanto, na inquietação para explicar a realidade histórica da Rússia, quem observou a coexistência de relações sociais capitalistas, com relações sociais e instituições, ainda não alcançadas pelo desenvolvimento do capital. Lênin não dispunha ainda do conjunto da obra de Marx, o que o fez recorrer à noção de Formação Econômica Social. A partir daí, ele conseguiu estudar a Rússia e anunciar o desenvolvimento desigual do capitalismo, circunscrevendo sua tese sobre o conceito de Formação Econômica Social – FES. Para Lênin as relações sociais têm origem distinta no tempo e no espaço e coexistem numa relação de desencontro.

Nas referências de Lefebvre sobre a Lei de Formação Econômica Social de Lênin há a compreensão de que essa Lei é a do Desenvolvimento Desigual. “Ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (política, cultural) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico” (LEFEBVRE, apud MARTINS, 1996, p. 17).

Trotsky passou a usar esse conceito, empreendendo a sua luta ideológica com Stálin, sobre a possibilidade da presença do socialismo em um só país e em países onde o campesinato se constituía a maior parte da classe trabalhadora, ou seja, sem um avanço das forças produtivas. Nesse embate, Trotsky resgata a compreensão do desenvolvimento desigual e combinado, considerando que a contradição é a sua essência.

Nessa retomada, as interpretações das diferenças no avanço das forças produtivas levam ao esclarecimento da desigualdade entre as regiões. Lefebvre considera que “as desigualdades dos ritmos de desenvolvimento histórico decorrem do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz” (Ibid, p. 19).

Não se acata na teoria marxiana, a pertinência de um processo de desenvolvimento equilibrado do/no capitalismo e nem em desequilíbrios, como oposição ao primeiro. O entendimento para a lógica do capital, e por assim dizer, para o processo de avanço do capitalismo traz como corolário a produção da miséria. O que há, como diz Engels, é que “o capital se divide (...) em capital original e lucro, o incremento do capital (...) embora a própria práxis converta logo esse lucro novamente em capital e o coloque com este em fluxo” (ENGELS, 1844 apud, MARX, 1985, p. 129). A lógica é a do desenvolvimento desigual, o que significa que, sociedades e nações se desenvolvem segundo ritmos diferentes, de tal modo que, se há vantagem inicial de um sobre outros, essa vantagem pode aumentar, ao passo que, em outros casos, por forças dessas

“ O segregacionismo sócio-espacial e o empobrecimento dos operários estão implícitos no desenvolvimento desigual e combinado... ”

mesmas diferenças de ritmo de desenvolvimento, os que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar os que dispunham de vantagem inicial. O sistema capitalista exige para o seu funcionamento acumulação de capital que por sua vez, assegura o crescimento econômico. Esse crescimento produz contradições que se materializam em concentrações e centralizações de empresas e capitais. O segregacionismo sócio-espacial e o empobrecimento dos operários estão implícitos no desenvolvimento desigual e combinado, pois um sistema capitalista onde não exista acumulação e concernente exploração é um contra-senso.

O crescimento econômico não põe as mudanças sociais em primeiro plano, este se faz com custos demasiadamente altos e resultados não equitativos para as nações, além de uma orientação para sociedades de consumo e incompatibilidades estruturais. A lógica do crescimento econômico das nações fundamenta-se nas tendências opostas de desenvolvimento, inerentes ao capital. Assim, entende-se que, o objetivo do capital é produzir mais-valia e consequentemente, a expansão da sua base de produção.

### Referências

AMARAL, Sérgio. *Globalização, governança e desenvolvimento*. In: VELLOSO, J. P. dos R. & ALBUQUERQUE, R. C. de. *A Promoção do Desenvolvimento: os 50 anos do BNDES e do Banco do Nor-*

deste. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2003.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2000.

FIORI, José Luís. *Os Moedeiros Falsos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. *Por uma Nova Política de Desenvolvimento Regional: a experiência internacional e lições para o Brasil*. Macau: III Congresso dos Economistas da Língua Portuguesa, junho, 1998.

HAGEN, Everet E. *As Origens do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fórum: 1969.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

LEHER, Roberto. *Da ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza*. Tese de doutorado: FEUSP, 1988.

LENIN, W. U. Ilich. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2002.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1998.

LUXEMBURG, Rosa de. *A Acumulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1976.

MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política – vol I*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *A origem do Capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Centauro, 2000.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: teses sobre Feuerbach*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MÉSZÁROS, István. *O Século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MONLEVAD, João & SILVA, Maria Abadia. *Quem Manda na Educação no Brasil?* Brasília: Idea Editora, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROSTOW, W. W. *Lãs Etapas del Crecimiento Económico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Economia do Conhecimento, Crescimento e Inclusão Social: a estratégia global de desenvolvimento do Brasil*. In: VELLOSO, João P. dos R. (Coord.) *Economia do Conhecimento, Crescimento e Inclusão Social*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

SMITH, Neil *Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Coord.). *Economia do Conhecimento, Crescimento e Inclusão Social*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2004.

**Engenharia Mecatrônica e Engenharia de Computação: Os mais novos cursos da UNIFACS**

|   |  |
|---|--|
| <p><b>Engenharia Mecatrônica</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Ampla parceria com o SENAI/CIMATEC (professores e laboratórios);</li><li>● Integração com a pesquisa e com o Mestrado em Engenharia Mecatrônica da USP/UNIFACS/CIMATEC</li></ul> | <p><b>Engenharia de Computação</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Integração com o Mestrado em Rede de Computadores (Computação), o único recomendado pela CAPES, na área de Computação, na Bahia</li><li>● Integração com grupos de pesquisa</li></ul> |
|---|--|

Mais informações: [www.unifacs.br](http://www.unifacs.br)